

# O Mercosul e as normas técnicas

Carlos Alberto Mendes Bezerra  
Eduardo Campos de São Thiago

## INTRODUÇÃO

A integração dos países do Cone Sul é um processo irreversível e que deve ser compreendido como uma redefinição da estratégia de desenvolvimento dos países envolvidos em face de uma nova conjuntura internacional. De fato, cada vez mais empresários desenvolvem projetos e tomam decisões com base nessa nova realidade. Do mesmo modo, a comunidade acadêmica tem evidenciado crescente interesse no processo.

Com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), objetiva-se, principalmente, a constituição de um espaço econômico comum, que permita conjugar esforços e assegurar uma inserção mais competitiva desses países no cenário internacional.

Até 1º de janeiro de 1995, os estados-membros do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deverão estar integrados em uma economia de livre mercado. Como conseqüência da ampliação do mercado, surgirá a necessidade de se racionalizar o processo produtivo, comercial e de consumo da região, o que induz ao desenvolvimento da competitividade das empresas. Neste processo, as normas técnicas são fundamentais para eliminar as diferenças entre os países.

Para isso, os mecanismos a serem adotados para as atividades relacionadas ao campo da normalização se encontram em franco processo de negociação entre os países, com vistas ao estabelecimento da sistemática para a harmonização e elaboração de normas no âmbito do Mercosul.

Pode-se dizer que o esquema principal já foi estabelecido pela definição da estrutura supranacional de coordenação das atividades de normalização no Mercosul, bem como pela finalização do documento que regerá a elaboração de normas técnicas Mercosul, aprovado em abril deste ano pelos organismos nacionais de normalização dos quatro países.

## ONDE A ABNT PARTICIPA E QUAL O SEU PAPEL

O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul – cabendo-lhe a condução política do mesmo. É integrado pelos ministros das Relações Exteriores e ministros da Economia dos estados-membros.

O Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do Mercosul, é coordenado pelos ministérios das Relações Exteriores, sendo integrado por representantes dos ministérios da Economia e seus equivalentes e bancos centrais.

O GMC, para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, constituiu 11 Subgrupos de Trabalhos (SGTs), dentre os quais destacamos o SGT-3 – Normas Técnicas, cuja coordenação brasileira está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Este Subgrupo de Trabalho nº 3 recebeu o nome "Normas Técnicas", em face de limitações idiomáticas para precisar a vasta matéria que envolve. Tal se deve à sua temática abrangente, que compreende tanto o campo das normas voluntárias (normas propriamente ditas), como o das obrigatórias (regulamentos técnicos). O SGT-3 tem por objetivo harmonizar os regulamentos técnicos, a fim de possibilitar o comércio entre os estados-membros. No momento, subdivide-se em 14 comissões temáticas, 13 delas voltadas exclusivamente para regulamentação técnica (normas compulsórias) e uma outra, a Comissão de Normalização, servindo de elemento de ligação entre as comissões e a normalização voluntária, sempre que for necessário estabelecer regulamentos técnicos com base em normas.

Devido ao grande volume de trabalho existente para a harmonização e a elaboração das normas e à diversidade dos segmentos industriais envolvidos, foi criado o Comitê Mercosul de Normalização (CMN), órgão que tem por objetivo promover e adotar as ações para a harmonização das normas de âmbito voluntário e que conta com a participação de um representante governamental e de um organismo nacional de normalização (ONN) de cada país participante. O CMN foi ratificado pelo GMC como único fórum responsável pela gestão da normalização voluntária no Mercosul (Resolução nº 2/92).

O CMN se subdivide em Comitês Setoriais Mercosul (CSM), os quais representam os segmentos industriais da sociedade e têm por finalidade o estabelecimento dos programas setoriais de normalização e a condução do processo de elaboração de normas para posterior aprovação do CMN.

## Resumo

*Este trabalho apresenta um panorama atual da normalização no Mercado Comum do Sul (Mercosul), com especial ênfase para a normalização de âmbito voluntário e do papel da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nesse contexto. Traça um breve histórico das atividades da ABNT no Mercosul, faz um balanço dos resultados alcançados até o momento e discute os principais problemas para a harmonização de normas. Como reflexões finais, aborda a necessidade de se definirem com maior clareza os objetivos da harmonização de normas, a estrutura permanente para a normalização e as fronteiras entre a normalização e a regulamentação técnica.*

## Palavras-chave

*Normas técnicas / Mercosul; Normalização / Mercosul. Normas técnicas / ABNT / Brasil.*

Sua criação depende da manifestação de setores industriais interessados, por intermédio de um dos ONN dos países integrantes do Mercosul. O CMN é o responsável pela criação dos CSM, bem como pela sua reformulação, suspensão ou até mesmo dissolução, caso estes não cumpram com seus objetivos. A Secretaria Técnica do CMN está, por um período de quatro anos, a cargo do Brasil, sediada nas dependências da ABNT.

Os Comitês Setoriais poderão se subdividir em Subcomitês Setoriais Mercosul (SCSM), caso haja necessidade.

Neste contexto, a ABNT atua de duas formas distintas:

- no âmbito dos regulamentos, presta assessoria especializada ao Inmetro por meio dos seus Comitês Brasileiros (CBs), auxiliando no processo de harmonização dos regulamentos técnicos;
- no âmbito voluntário, exerce a coordenação do esforço para harmonização e elaboração de normas Mercosul em conjunto com os ONN dos demais estados-membros: Instituto Argentino de Racionalización de Materiales (Iram), Instituto Nacional de Tecnología y Normalización (INTN) e Instituto Uruguayo de Normas Técnicas (Unit).

## ATIVIDADES DA ABNT NO MERCOSUL

Definida a sistemática de trabalho pelo Grupo Mercado Comum (GMC), o Inmetro, como entidade governamental brasileira encarregada da coordenação do SGT-3 - Normas Técnicas, convidou a ABNT para participar do referido subgrupo, uma vez que a ABNT foi credenciada como "Foro Nacional de Normalização" pela Resolução nº 4150/62, além de ser a única representante do Brasil junto à International Organization for Standardization (ISO), a International Electrotechnical Commission (IEC) e a Comissão Pan-americana de Normas Técnicas (Copant).

A participação efetiva da ABNT no Mercosul teve início na 2ª reunião geral, realizada no início de novembro de 1991, em Montevideu, embora tenha havido uma reunião geral do SGT-3 em junho daquele ano. Apesar de coordenada pelos representantes dos governos, naquela oportunidade teve início o trabalho dos organismos nacionais de normalização, que buscaram desde então estabelecer os mecanismos para a elaboração de normas Mercosul.

Os ONN iniciaram esse trabalho considerando que o sistema de normalização Mercosul deveria atender aos seguintes requisitos:

- estabelecer procedimentos para a harmonização das normas pré-existent;
- permitir a elaboração de normas sem antecedentes em quaisquer dos quatro países envolvidos;
- ser eficiente de forma a compensar a escassez de recursos e, sobretudo, otimizar o tempo de elaboração das normas.

Desde que foi chamada a auxiliar na formação do Mercosul, vem a ABNT, em conjunto com os demais organismos nacionais de normalização dos países-membros, envidando esforços no sentido de participar ativamente dos trabalhos de harmonização e definição das normas técnicas a serem aplicadas a esse Mercado Comum.

Logo no princípio de suas atividades no Mercosul, a ABNT, ciente da necessidade de se reunirem representantes dos ONN dos estados-membros, realizou, no final de 1991, na cidade de São Paulo, o "I Seminário Mercosul – Normas para a integração dos países do Cone Sul". Esse seminário teve como objetivo proporcionar um amplo debate acerca dos aspectos normativos mais importantes para a região e estabelecer um programa de cooperação e entrosamento entre esses organismos, procurando fixar um marco para a criação de um elo consistente, permanente e contínuo entre os ONN. Como principais resultados do evento, pode-se destacar o estreitamento das relações entre os quatro ONN e a elaboração de um documento contendo diversos itens de recomendações e compromissos.

Desde esta data, a ABNT já participou de inúmeras reuniões, tanto para discussão de aspectos setoriais, por intermédio dos seus Comitês Brasileiros (CB), quanto em nível institucional, para discussão dos mecanismos que servirão de base às atividades de normalização no Mercosul.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir do momento em que se integrou às atividades de normalização do Mercosul, tem a ABNT participado de todas as reuniões oficiais e prévias no âmbito do SGT-3 e do CMN.

Além da participação já mencionada nas comissões do SGT-3, a ABNT vem desenvolvendo, em cooperação com seus parceiros dos outros países, um intenso

trabalho nos Comitês Setoriais Mercosul. Até o presente, a situação dos CSM é a seguinte:

Comitês Setoriais Mercosul criados:

- CSM 01 Eletricidade (Brasil)
- CSM 02 Siderurgia (Argentina)
- CSM 03 Eletricidade e Telecomunicações (Brasil)
- CSM 04 Brinquedos (Argentina)
- CSM 05 Cimento (Brasil)
- CSM 06 Máquinas e Equipamentos Mecânicos (Brasil)
- CSM 07 Automotivo (Argentina/Brasil, rotação a cada dois anos)
- CSM 08 Pneus, Aros e Válvulas (Brasil)
- CSM 09 Plásticos para a Construção Civil (Argentina/Brasil)
- CSM 10 Informática (Brasil)
- CSM 11 Odonto-Médico-Hospitalar (Brasil)

Comitês Setoriais Mercosul aguardando aprovação para criação:

- CSM da Qualidade (Argentina)
- CSM de Papel e Celulose (Brasil)
- CSM de Têxteis (Brasil)
- CSM de Soldagem (Paraguai)
- CSM de Gás Natural Veicular (Argentina)
- CSM de Cilindros com e sem Costura para Gases sob Pressão (Argentina)

A ABNT ficou responsável pela elaboração e análise de diversos documentos que estruturarão o mecanismo de normalização no Mercosul, dentre os quais, o recém-aprovado *Regimento para a Elaboração de Normas Técnicas – Mercosul*, resultante de esforço comum entre os ONN dos quatro países, envolvendo um longo período de negociações.

Em termos de harmonização de normas, os 11 CSM, até o presente, contam com nove normas Mercosul (da área siderúrgica) aprovadas pelo CMN, 120 documentos estudados, 33 em estudo e 54 programas para entrar em fase de estudos.

\* Nota: a indicação entre parênteses se refere ao país que detém a Secretaria Técnica do CSM.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS DA HARMONIZAÇÃO DE NORMAS

O trabalho de harmonização de normas (voluntárias) no Mercosul tem três óbices principais: um de natureza política, outro de natureza econômica e um último estrutural.

- O primeiro consiste na dificuldade de negociação para o estabelecimento dos requisitos mínimos das normas de produtos e serviços, em face das profundas assimetrias econômicas e tecnológicas existentes entre os países que integram o Mercado Comum.
- O segundo, na obtenção de recursos para cobrir os custos da participação da ABNT nessas atividades, tendo em vista a insuficiência, até o momento, de apoio financeiro por parte do governo e da iniciativa privada.
- O terceiro, a falta de definição estratégica em relação à estrutura permanente que dará suporte à atividade de normalização, tanto no que se refere às ONN, quanto ao GMN, cuja estrutura é ainda provisória.

### Carlos Alberto Mendes Bezerra

Engenheiro metalúrgico, graduado em 1955 pela Escola de Minas de Ouro Preto da Universidade Federal de Minas Gerais. Gerente do Departamento para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

### Eduardo Campos de São Thiago

Engenheiro eletrônico e de telecomunicações, graduado em 1986 pela Universidade Gama Filho. Assessor do Departamento para Assuntos Internacionais da ABNT.

## Mercosul and the technical standards

### Abstract

*This paper presents a view of the standardization in the Common Market of the South (Mercosul), with special emphasis on voluntary standardization and the role of Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – Brazilian Association of Technical Standards) in this context. It makes a short description of activities of ABNT in the Mercosul, balances the results reached up to now and discuss the main problems regarding standards harmonization. As a final thought, it raises the need of a better definition of the aims of standards harmonization, the permanent structure for standardization and the boundary between standardization and technical regulation.*

### Key words

*Technical standards/Mercosul; Standardization/Mercosul; Technical standards/ABNT/Brazil.*

Tecnicamente, a harmonização tem alguns problemas de caráter conceitual que podem ser resumidos na definição dos seguintes pontos:

- critério qualitativo: seleção da norma (mais exigente) para servir de texto-base;
- extensão: qual a parcela de acervo, quais setores industriais, que tipos de norma;
- nível de harmonização: total ou parte de uma norma, normas correlacionadas (famílias de norma).

## REFLEXÕES FINAIS

A intensa atividade da ABNT e de diversas instituições e empresas no Mercosul, nos últimos dois anos, deve ser considerada apenas como o primeiro passo de uma longa jornada.

A evolução desta jornada depende de inúmeras definições de caráter estratégico cuja obtenção, até o momento, não foi possível. Entre estas definições, podemos mencionar:

1. os objetivos da harmonização de normas no Mercosul, considerando em primeiro lugar os critérios técnicos e econômicos para a definição dos domínios e aspectos da normalização;
2. estrutura permanente do organismo regional de normalização, suas atribuições e formas de sustentação política e financeira;

3. definição da fronteira entre a normalização e a regulamentação técnica, aí entendida como compromisso multilateral, ou seja, no âmbito dos quatro estados-membros.

Para finalizar, é importante considerar que as dificuldades anteriormente mencionadas e os escassos resultados obtidos não devem constituir motivo de desânimo, pois o único antecedente mundial análogo, envolvendo países do Primeiro Mundo – a Comunidade Econômica Européia (CEE) – foi iniciado há mais de 20 anos e está ainda em constante processo de evolução e reformulação de conceitos, o que deve ser visto como uma experiência a ser levada em consideração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SANDERS, T. R. B. *Objetivos e Princípios da Normalização*. Iso - International Organization for Standardization Geneve. Switzerland. 1972.
2. DEVOTO, Guilherme. Informe del Subgrupo nº 3 – Normas Técnicas. *Revista Dinâmica*, nº 1, abril 1993, publicação do Instituto Argentino de Racionalización de Materiales (Iram).
3. BRASIL, Secretaria Geral de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores. *Boletim de Diplomacia Econômica*, nº 7.

*Relato de experiência aceito para publicação em 3 de outubro de 1993.*

# Manual de Referência mini/micro CDS/ISIS

A versão 2.3, em português, do **Manual de Referência Mini/micro CDS ISIS** está à disposição dos usuários do Micro/ISIS no IBICT.

Informações sobre preço e forma de pagamento poderão ser obtidos no Núcleo de Comercialização do IBICT

Endereço:

SAS, Quadra 5, Lote 6, Bloco H  
70070-000 Brasília, DF

Tel. (061) 217-6161 - Telex: 2481 CICT BR  
Fax: 226-2677

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Departamento de Assistência à Média e Pequena Indústria (DAMPI)

Brasília

1991